

Os militares e a política nuclear brasileira

Tatiane Lopes dos Santos*

Resumo: Após as explosões das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, a busca do domínio da tecnologia nuclear mobilizou cientistas e engenheiros do mundo inteiro e incentivou a criação de novas instituições científicas. No Brasil, a primeira política nuclear começou a ser implementada no Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), depois de 1951, com os investimentos na montagem da infra-estrutura, prospecção mineral e formação de especialistas. Uma nova orientação política ocorreu com o lançamento do programa Diretrizes para a Política de Energia Atômica que resultou na criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em 1956. Este trabalho tem por finalidade traçar um panorama da política nuclear no país na gestão de militares como Álvaro Alberto no CNPq e de Octacílio Cunha na CNEN.

Palavras-chaves: militar, energia nuclear, instituição científica

Abstract

After the explosion of the atomic bombs on Hiroshima and Nagasaki, the research for the field of nuclear technology mobilized scientists and engineers around the world and encouraged the creation of new scientific institutions. In Brazil, the first nuclear policy began to be implemented in the Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), after 1951, with investments in assembling the infrastructure, mineral prospecting and training of specialists. A new political orientation occurred with the launching of the Policy Guidelines for Atomic Energy that resulted in the creation of the Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), in 1956. This work is to draw a picture of the nuclear policy in the country in the management of military and Alvaro Alberto in CNPq and Octacílio Cunha in CNEN.

Keywords: military, nuclear energy, scientific institution

Introdução

As bombas atômicas lançadas sobre o Japão provocaram profundas transformações e deram início à corrida armamentista, na qual a tecnologia e os minerais nucleares se tornaram materiais de primeira grandeza. O conflito ideológico entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS) levaram à chamada Guerra Fria. Como a energia nuclear estava associada à questão da segurança nacional, muitos países redirecionaram a pesquisa científica e tecnológica.

No Brasil a aliança entre cientistas, militares e políticos levou à criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq, 1951) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN, 1956). Se o CNPq foi à primeira instituição de fomento da pesquisa nuclear criada na conjuntura internacional do pós-guerra, a CNEN pode ser analisada como uma solução da crise no CNPq. O

* Mestranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

objetivo deste trabalho é traçar um panorama do desenvolvimento da energia nuclear na gestão de militares como Álvaro Alberto no CNPq e de Octacílio Cunha na CNEN.

1. A gestão de Álvaro Alberto no CNPq

Em janeiro de 1951, o presidente Eurico Dutra sancionou a Lei de criação do CNPq, mas só com o retorno de Getúlio Vargas ao poder foi aprovado o Regimento Interno e o almirante Álvaro Alberto empossado na presidência. A grande presença de físicos e militares no Conselho Deliberativo reforçava a vinculação entre energia nuclear e segurança nacional, característica marcante da Lei. (ANDRADE, 2006: 54)

Nos quatro primeiros anos, o CNPq concentrou sua ação no fomento de diversas áreas científicas e na compra de aceleradores de partículas. Segundo Ana M. Ribeiro de Andrade, essas máquinas tornaram-se símbolo do interesse recíproco entre militares e os físicos do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Afora isso, o Programa Atômico do Governo Vargas contemplava a prospecção mineral, a industrialização do urânio e o desenvolvimento de tecnologias nucleares. Eram tensas as relações entre o Itamaraty e o CNPq, que se opunha à exportação dos minerais estratégicos, em particular de terras-raras aos Estados Unidos.¹ O esforço de Álvaro Alberto para interromper a exportação desestabilizou a política desenvolvida no CNPq, cujo Conselho Deliberativo estava dividido entre os que apoiavam a exportação da monazita (desenvolvimentistas não-nacionalistas) e os que eram contra a exportação (desenvolvimentistas nacionalistas).(ANDRADE, 2006:55)

Após a morte de Getúlio Vargas, Álvaro Alberto fica sem apoio para continuar à frente do CNPq. Em meio aos problemas políticos decorrentes da sucessão presidencial, a denuncia do deputado Renato Archer (PSD/MA) de quatro documentos secretos² trocados entre o Brasil e a embaixada americana destinados ao general Juarez Távora, chefe do gabinete civil do presidente

1 O primeiro acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para a prospecção de recursos minerais foi assinado na década de 1940. Posteriormente, outros acordos foram celebrados entre os dois países, inclusive trocaram tório por trigo. O tório também foi negociado para impedir a ida de soldados a Guerra da Coreia (1950-1953).

2 Os quatro documentos secretos referem-se: a uma minuta de acordo entre o Brasil e os EUA sobre as pesquisas de minerais atômicos; a uma nota expositiva destinada a confirmar entendimentos formais; a uma síntese retrospectiva dos entendimentos havidos entre o Brasil e os Estados Unidos, neste documento a críticas a política desenvolvida por Álvaro Alberto no CNPq e indica represálias ao Brasil caso continuasse seguindo sua orientação; indica mais críticas a Álvaro Alberto e refere-se ao abandono definitivo das ultracentrífugas encomendadas na Alemanha.

Café Filho solicitava a saída de Álvaro Alberto do CNPq. Antes, porém, Álvaro Alberto criou a Comissão de Energia Atômica (CEA).

1.1 - A Comissão de Energia Atômica foi instituída pelo Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas, em sua 244ª sessão, realizada a 27 de janeiro de 1955, por proposta de Senhor Almirante Álvaro Alberto. O General Bernardino de Mattos foi designado para Presidente da Comissão (...)

1.2 – Além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho Deliberativo cabe à comissão de Energia Atômica de modo específico:

I – propor as medidas que julgar necessárias à utilização de energia atômica, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação da respectiva matéria prima, e pôr em execução as que as que, com o mesmo objetivo, forem aprovadas pelo Conselho Deliberativo. (CNPq, T. 3.3. 027)

O Brasil foi representado por membros da CEA na Conferência para o uso Pacífico da Energia Atômica³. No mesmo período, a Westinghouse ofereceu à CEA uma usina nuclear e transcorria na Câmara dos Deputados a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI, 1956), para investigar o problema da energia atômica no Brasil, especialmente a exportação da monazita e os documentos secretos. Enquanto a CPI ganhou as páginas dos principais jornais, diplomatas, cientistas e militares eram convocados a prestar esclarecimentos sobre a exportação da monazita, etc.

Por circunstâncias várias – que estão sendo desvendadas na Comissão Parlamentar de Inquérito – o tório brasileiro está sendo negociado a preço vil. Inexplicavelmente, estamos transferindo para os Estados Unidos nossas parcas reservas. O escândalo chega ao ponto de o nosso país concordar em entregar aos americanos o tório a 9,35 dólares, quando o preço fixado pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos é de 43 dólares (...) Foi a pressão americana, exercida diretamente por um enviado do governo, que determinou a criação da Comissão de Exportação de Materiais estratégicos, anulando os dispositivos da lei n.º1.310 de 15 de janeiro de 1951, que criando o Conselho Nacional de Pesquisas, disciplinava a nossa política de minerais atômicos. (...) Toda a política que sugeria ou impedia a alienação de nossas reservas, nunca logrou firmar-se. (FRANQUEIRA, 1956:5)

O físico José Leite Lopes, que participou como ator e espectador dos fatos da política nuclear brasileira afirma que a mudança na administração do CNPq e a instalação da CPI

3 A Conferência para o uso Pacífico da Energia Atômica, conhecida como a 1ª Conferência de Genebra, foi realizada em Genebra, em agosto de 1955. O Brasil foi representado por cinco membros da CEA e publicou 13 trabalhos. Paralelamente tinha início o Programa Átomos para a Paz, assinado pelo presidente americano Eisenhower e o governo brasileiro, pelo qual foram comprados reatores de pesquisa.

encerraram a primeira fase do desenvolvimento nuclear no país.

No primeiro discurso de JK ao Congresso Nacional, ele abordou o Plano de Metas e afirmou que pretendia elaborar estudos sobre a política nuclear.

Aproxima-se a era das usinas atômicas, para cuja utilização o país deve se preparar desde já, incluindo no programa de expansão da indústria da eletricidade algumas usinas atômicas, embora de pequeno porte, a fim de que nossos engenheiros possam se familiarizar com essa nova técnica e estejam preparados para os grandes projetos que fatalmente surgirão no futuro não muito remoto. (BRASIL, 1983: 37)

O discurso deixa clara sua preocupação de inserir o país no contexto internacional da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, especialmente para a geração de energia elétrica, meta de governo. A crise no setor nuclear também justificava o presidente JK a reorientar a política nuclear.

Antes do término da CPI, o Congresso Nacional discutia o projeto para a criação de uma Comissão de Energia Atômica, subordinada diretamente a presidência da República e com autonomia administrativa e financeira proposta pelo deputado Dagoberto Salles (PSD-SP). Na 303ª sessão de 12 de janeiro de 1956, o presidente do CNPq Heitor Grillo, apresenta o projeto do deputado Dagoberto Salles.

Quero trazer ao conhecimento do Conselho Deliberativo, um projeto de lei apresentado a Câmara dos Deputados, pelo deputado Dagoberto Salles, sobre a criação da Comissão de Energia Atômica. É um longo projeto, que foi apresentado, criando essa comissão e, portanto, destacando-a do Conselho Nacional de Pesquisas. Ora, os senhores conselheiros sabem que, ao ser criado o Conselho Nacional de Pesquisas, foi incluída a Comissão de Energia Atômica, como um dos seus sustentáculos desse egrégio órgão. O almirante Álvaro Alberto, seu criador, defendia, com inteira razão, a tese de que não havia, ainda no país, clima favorável a uma grande política de desenvolvimento científico. O desmembramento da Comissão de Energia Atômica, deste Conselho, para constituir uma comissão autônoma poderá trazer benefícios à Comissão, é certo, mas não trará ao Conselho. (CNPq T 3.1.003)

Nesse cenário, Juscelino Kubitschek constitui uma comissão ministerial para estudo da energia atômica no Brasil, composta pelos ministros das Relações Exteriores, Guerra, Marinha, Aeronáutica, Agricultura, além do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, secretário geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico, vice-presidente do CNPq e o chefe do gabinete militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Nas reuniões da Comissão de Estudos da Política de Energia Nuclear alguns temas se destacam, como a estocagem de

material fértil e a criação de um órgão especial para o estudo de assuntos de energia atômica no Brasil. O resultado final foi o lançamento das Novas Diretrizes da Política Nuclear Brasileira de 30 de agosto de 1956.

Em agosto, Juscelino Kubitschek aprova as Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear que, teoricamente, recuperaria os princípios da política formulada pelo CNPq quando presidido por Álvaro Alberto, como por exemplo, apoio à indústria nacional na pesquisa, lavra e beneficiamento de minerais; controle do governo sobre o comércio, compra, armazenagem e venda, inclusive exportação, de materiais de aplicação no campo da energia nuclear; garantir o princípio das compensações específicas no caso de negociações entre governos; etc (SBPC, 2006: 71)

Em 10 de outubro de 1956, pelo decreto nº 40.110 foi criada a CNEN, órgão subordinado diretamente a presidência da República para gerir a política nuclear como órgão superior de planejamento e execução. Como primeiro presidente foi nomeado o Almirante Octacílio Cunha. As Forças Armadas, especialmente a Marinha, sempre estiveram presentes na história das instituições voltadas para o setor nuclear: Álvaro Alberto, primeiro presidente do CNPq e Octacílio Cunha, primeiro presidente da CNEN eram almirantes.

O presidente Juscelino Kubitschek antecipava-se, pois na Câmara dos Deputados discutia o Projeto de Lei nº 944, do deputado Dagoberto Salles (PSD-SP), para a criação de uma nova instituição para gerir as atividades do setor nuclear. O CNPq perdeu para a CNEN em 1956, a gerência da política nuclear brasileira. (ANDRADE, 2006: 96)

A CNEN foi criada em meio à sublevação dos membros da CEA. A indefinição da CEA figura entre os debates do Conselho Deliberativo, na 375ª sessão de 23 de maio de 1957.

A CEA não desapareceu formalmente, desapareceu de fato. E aliás, seria de um certo preciosismo que continuasse a funcionar uma CEA, quando existe uma CNEN que por sorte ainda é toda constituída por elementos que emprestam o brilho da sua cooperação à antiga CEA. (CNPq T. 3.1.003)

Em sessões posteriores ficou definido que todo o patrimônio da “antiga” CEA deveria ser repassado a CNEN que funcionou, durante certo tempo, seguindo as orientações do programa do CNPq e as Diretrizes para a Política de Energia Nuclear.

A Gestão de Octacílio Cunha (1956-1961)

Na gestão de Octacílio Cunha o Conselho Deliberativo era formado pelo geofísico Irnak do Amaral, os engenheiros químicos Francisco Humberto Maffei e Bernardo Geisel, o engenheiro de minas e geólogo Elysiário Távora Filho e o físico Joaquim da Costa Ribeiro, nomeados em 19 de novembro de 1956.⁴ No entanto, a nova instituição em seus primeiros anos funcionou a margem do CNPq, com espaço cedido e sem verbas por parte do Governo Federal.

Em 1958, a CNEN receberia verba diretamente do governo federal e começaria a implementar novos projetos, dentre eles o projeto Mambucaba que propunha examinar a instalação de centrais nucleares. O projeto realizou o estudo geográfico, demográfico, econômico e energético da região à margem do rio Mambucaba, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty. No decorrer do projeto uma delegação da AIEA, que visitava o país, sugeriu ao governo brasileiro solicitar assistência financeira ao Fundo Especial das Nações Unidas. O pedido foi negado, mas com verbas do governo federal foi instituída a Superintendência do Projeto Mambucaba, pelo decreto n.º 47.574, de 31 de dezembro de 1959.

Uma contribuição apreciável dos trabalhos realizados pela Superintendência foi a execução, por firmas contratadas no Exterior, de um levantamento das possibilidades da participação da indústria nacional na construção de componentes para o reator de potência e no estudo geral das especificações indispensáveis a elaboração da proposta de concorrência internacional para a construção do reator. (Arquivo Mario Donato, caixa 03)

Apesar dos estudos de técnicos o relatório final não entrou em detalhes sobre a natureza do reator e combustível. Em 1963, com essas indefinições o projeto foi engavetado. Na gestão de Octacílio Cunha o principal projeto colocado em prática foi a inauguração do reator do Instituto de Energia Atômica (IEA), fruto do programa Átomos para a Paz.. Em 25 de janeiro de 1958, na presença de autoridades como o presidente Juscelino Kubitschek, o governador de São Paulo Jânio Quadros, o diretor do IEA Marcello Damy, o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos L. Strauss e de delegações de dezessete países, o embaixador americano Briggs entregou ao presidente JK o cheque de trezentos e cinquenta mil dólares referente ao acordo Brasil e EUA.

4 A exceção de Irnak do Amaral todos os outros eram antigos membros da CEA.

O reator que acabamos de inaugurar é o resultado do valioso auxílio ao nosso país prestado pelos Estados Unidos da América do Norte, cujo o governo e por intermédio de seu embaixador, presente nesta solenidade, desejo agradecer em nome do povo brasileiro. (Arquivo Mário Donato, caixa 03)

A iniciativa da CNEN em um convênio de cooperação ocorreu somente em 03 de junho de 1959, quando o almirante Octacílio Cunha e o Padre Arthur Alonso (PUC/RJ) firmaram um convênio que resultou na construção do Laboratório de Dosimetria (LD). A política da CNEN seguia o programa do CNPq, nenhum programa foi traçado por Octacílio Cunha, porém a questão da defesa da segurança nacional continuava a figurar em discursos, como o do engenheiro Mário Donato ao *Jornal do Commercio* de 08 de abril de 1958.

(...) a CNEN estaria em condições de fabricar bombas atômicas, o Dr.º Mário Amoroso declarou que isso não era do pensamento da Comissão, pois o seu programa é de caráter pacífico. Entretanto, se tivermos a necessidade de transformar a energia atômica em arma de guerra, tudo faremos para isso, mesmo com tristeza acentuou. (Arquivo Mario Donato, caixa 03)

A entrevista sintetiza a questão da segurança nacional que motivou muitos países no pós-guerra a desenvolver a produção nuclear para fins militares. No entanto, no Brasil, o discurso não chegou à prática.

Considerações Finais

A gestão dos militares Álvaro Alberto e Octacílio Cunha em instituições voltadas para o fomento da pesquisa nuclear evidencia a primazia nuclear como fator fundamental para a segurança nacional. É relevante afirmar que neste período a Marinha foi o braço das Forças Armadas mais próximo do desenvolvimento da tecnologia nuclear. A interação entre cientistas e militares associava a questão da defesa nacional, o desenvolvimento econômico e científico.

Homens de seu tempo, Álvaro Alberto e Octacílio Cunha apresentam-se como marcos dessas instituições. Álvaro Alberto cientista, militar e nacionalista um “novo Prometeu” da política nuclear brasileira que incentivou pesquisas e reuniu a comunidade científica em torno do

CNPq. Octacílio Cunha assessor de Álvaro Alberto no CNPq (1951-1955) seguiu as orientações da CEA e das Diretrizes para a Política de Energia Nuclear na sua gestão na CNEN.

Referências bibliográficas

Arquivos

Arquivo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) - Acervo MAST

Arquivo Mário Donato Amoroso Anastácio – Acervo MAST

Obras citadas e consultadas

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

_____. *A opção nuclear: 50 anos rumo autonomia*. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

BIASE, Renato. *A energia nuclear no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

BRASIL. Senado Federal. *Discursos*. Brasília: Senado Federal, 1983. 3v.

_____. *Leis e decretos*. Brasília: Senado Federal, 1957.

FORJAZ, Maria Cecília S. *Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq, 1950-1985*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: IDESP, 1988.

FRANQUEIRA, Mário. O Brasil está jogando seu futuro pela janela. In: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1956.

Girotti, Carlos. *Estado nuclear no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a era atômica*. Rio de Janeiro: Vitória, 1957.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, José Leite. *Ciência e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

MARQUES, Paulo. *Sofismas nucleares: o jogo de trapaças na política nuclear do país*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOTOYAMA, Shozo; VÍCTOR, João Carlos. *O Almirante e o novo Prometeu: Álvaro Alberto e a C&T*. São Paulo: UNESP, 1996.

MUSSALÉM, Josué. *II Guerra Mundial sessenta anos depois: Os impactos do conflito sobre o Brasil*. Recife: COMUNIGRAF, 2005.

SBPC. *Cadernos SBPC*. São Paulo: SBPC, 2006.